



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ISABELLA ALMEIDA FARIAS

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS: As avaliações da aprendizagem durante a pandemia da
SARS CoV-2 em Barra de Santana - PB**

CAMPINA GRANDE
2023

ISABELLA ALMEIDA FARIAS

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: As avaliações da aprendizagem durante a pandemia da SARS CoV-2 em Barra de Santana - PB

Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Área de concentração: Política educacional.

Orientadora: Prof. Dra. Vagda Gutemberg Gonçalves da Rocha

**CAMPINA GRANDE
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F224a Farias, Isabella Almeida.

Políticas educacionais [manuscrito] : as avaliações da aprendizagem durante a pandemia da SARS Cov-2 em Barra de Santana / Isabella Almeida Farias. - 2023.

58 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC. "

1. Neoliberalismo. 2. Educação. 3. Pandemia Covid-19. I. Título

21. ed. CDD 370

ISABELLA ALMEIDA FARIAS

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: As avaliações da aprendizagem durante a pandemia da SARS CoV-2 em Barra de Santana - PB

Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

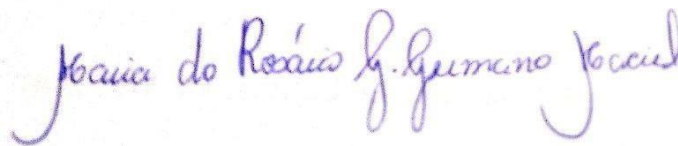
Área de concentração: Política educacional.

Aprovada em: 04/12/2023.

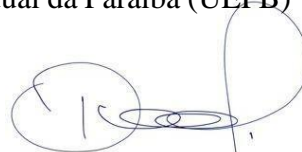
BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br VAGDA GUTEMBERG GONCALVES ROCHA
Data: 12/12/2023 08:22:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha(Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Maria do Rosário Gomes Germano Maciel(Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Diêgo de Lima Santos Silva (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao senhor Jesus, meus avós maternos e paternos que não conheci, a meu pai que já se foi e minha família, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, não só por me sustentar diante dos 4 anos da graduação, mas também por não me deixar desistir diante das dificuldades.

Agradeço também a minha mãe Cícera, minha tia Maria, meu tio Severino, meu marido Clenio e as minhas irmãs, Marta, Aline, Cida e meu irmão Vitor por sempre acreditarem em mim durante o processo.

Agradeço imensamente à minha orientadora Professora Doutora Vagda Gutemberg. Por ser paciente, pela força e coragem em todo o período de orientação.

Agradeço pelo abraço que recebi em forma de palavras e por todo carinho que recebi em meio às nossas reuniões.

Meu coração transborda em gratidão também pela vida dos meus amigos do ônibus, a começar pelo motorista Nilson que sempre foi como um pai se preocupando comigo e me apoiando, além de sempre causar muitas risadas.

Agradeço a Priscilla, Aline, Pedro, Cileide, Larissa, Augusto, Lucas, Martinha, Natan, Jandson e Gregório. Em especial, agradeço a Jaqueline, que sempre me socorreu em casa quando precisei de abrigo. E tantos outros que dividiram esses anos comigo, vocês foram luz em meio ao caos de uma vida universitária. Obrigada!!

E um obrigada ainda mais especial para o meu Pastor Flávio e Irmã Celina, pelas orações, amizade e companheirismo. Amo vocês em Cristo!

E, se for entendida como processo de aperfeiçoamento e de humanização do sujeito, a Educação será sempre considerada como fundamental e indispensável (WERNECK, 2019).

RESUMO

A presente pesquisa busca compreender a realização das avaliações de aprendizagem no município de Barra de Santana/PB durante e após a pandemia de covid-19. Propõe-se expor um panorama sobre a relação do neoliberalismo e sua atuação na educação pública brasileira ao longo dos mandatos de Sarney até chegar ao governo Bolsonaro, visando ainda investigar quais recursos foram utilizados para mediação do ensino remoto durante a pandemia. Analisar-se-á também os apontamentos da secretaria de educação para o município e busca fomentar a discussão entre neoliberalismo e as avaliações de larga escala a nível estadual e municipal. A pesquisa é de campo quali-quantitativa, seus resultados se dividem em: exploratórios, descritivos e explicativos. Por meio de método indutivo se justifica por buscar compreender quais as problemáticas do ensino público e quais os desafios que o estímulo à performance de mercado ocasiona diante da atual educação. E sobretudo, analisar os grandes impactos que a pandemia pela Sars cov-2 trouxe para a educação durante e após a pandemia.

Palavras-Chave: Avaliação; Educação; Pandemia; Neoliberalismo.

ABSTRACT

This research seeks to understand how learning assessments were carried out in the municipality of Barra de Santana/PB during and after the covid-19 pandemic. It proposes to present an overview of the relationship between neoliberalism and its role in Brazilian public education throughout Sarney's terms until the Bolsonaro government, also aiming to investigate which resources were used to mediate remoteteaching during the pandemic. It will also analyze the notes of the education department for the municipality and seeks to foster the discussion between neoliberalism and large-scale evaluations at the state and municipal levels. The research is qualitative-quantitative, its results are divided into: exploratory, descriptive and explanatory. Through an inductive method, it is justified by seeking to understand what are the problems of public education and which the challenges that stimulating market performance causes in the face of current education. And above all, to analyze the major impacts that the Sars cov-2 pandemic brought to education during and after the pandemic.

Keywords: Evaluations. Education. Pandemic. Neoliberalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – MARGARETH THATCHER.....	18
GRÁFICO 1: INFLAÇÃO DO GOVERNO SARNEY, MÊS A MÊS.....	20
GRÁFICO 2: INFLAÇÃO NA ERA COLLOR E ITAMAR, MÊS A MÊS.....	21
GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL ENTRE 2022 E 2023.....	23
GRÁFICO 4: PERCENTUAL DE PESSOAS EM ESTADO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE 2021 E 2022.....	24
GRÁFICO 5: DADOS DE VALORES DO AUXÍLIO EMERGENCIAL PAGOS À POPULAÇÃO ENTRE ABRIL DE 2020 E NOVEMBRO DE 2021.....	24
GRÁFICO 6: DADOS DA POPULAÇÃO COM ACESSO PLENO À ALIMENTAÇÃO ENTRE 2013 E 2022.....	25
GRÁFICO 7: PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA- BRASIL – 2022.....	26
GRÁFICO 8: PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2022.....	27
GRÁFICO 9: NÚMERO DE INGRESSOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO (2012 - 2022).....	27
GRÁFICO 10: PROJEÇÃO DO IDEB NA PARAÍBA DE 2005 A 2021.....	49
GRÁFICO 11: PROJEÇÃO DO IDEB EM BARRA DE SANTANA 2005 A 2021.....	49
GRÁFICO 12: IDEB NA EMEB JOSUÉ BARBOSA DE ANDRADE LIRA.....	50

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: QUADRO DE DIRETRIZES EDUCACIONAIS.....	38
TABELA 2: BRASIL – DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS 1960- 1997 RECURSOS DISPONÍVEIS POR NÍVEL DE GOVERNO (%)	41
TABELA 3: TAXA DE APROVAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA ENTRE 2018 E 2021, REFERENTE AOS ANOS INICIAS E FINAIS.....	45
TABELA 4: TAXA DE REPROVAÇÃO POR ESTADO -PB.....	46
TABELA 5: TAXA DE ABANDONO ESCOLAR ENTRE 2018 E 2021 NA PB.....	46
TABELA 6: TAXA DE APROVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTANA-PB ENTRE 2018 E 2021.....	47
TABELA 7: TAXA DE REPROVAÇÃO POR MUNICÍPIO EM BARRA DE SANTANA- PB.....	48
TABELA 8: TAXA DE ABANDONO ESCOLAR ENTRE 2018 E 2021 EM BARRA DE SANTANA-PB.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE- ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
ANEB - AVALIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
BIRD- BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO
BM-BANCO MUNDIAL
BNCC - BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
CIEB - CONSELHO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA
CUT- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
DOE/PB- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA
ENCCEJA- EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS
ENEM - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO
ERE - ENSINO REMOTO EMERGENCIAL
EUA - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
FHC - FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
FUNDEB - FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
FUNDEF - FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.
IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IPC - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
IPI - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS
MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA
OCDE- ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
OMS- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
PIB- PRODUTO INTERNO BRUTO
PT- PARTIDO DOS TRABALHADORES

RPS - REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA

SAEB - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

SEECT - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SEMEC- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TICS - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

URSS - UNIÃO DA REPÚBLICA SOCIALISTA SOVIÉTICA

URV - UNIDADE REAL

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 NEOLIBERALISMO: Origens e implicações.....	15
2.1 <i>Neoliberalismo no Brasil.....</i>	<i>18</i>
2.2 <i>Neoliberalismo e educação no Brasil Contemporâneo.....</i>	<i>25</i>
3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DURANTE A COVID-19 NO BRASIL.....	31
3.1 <i>Políticas educacionais durante a Covid-19 na Paraíba.....</i>	<i>32</i>
3.2 <i>Políticas educacionais durante a Covid-19 em Barra de Santana-PB.....</i>	<i>34</i>
4 A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PANDEMIA DE COVID-19.....	37
4.1 <i>Objeto de pesquisa.....</i>	<i>39</i>
4.2 <i>Banco Mundial e Neoliberalismo.....</i>	<i>40</i>
4.3 <i>Sistema saber</i>	<i>43</i>
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca compreender a realização das avaliações de aprendizagem no município de Barra de Santana/PB durante e após a pandemia de covid-19. Propõe-se expor um panorama geral sobre a relação do neoliberalismo e sua atuação na educação pública brasileira ao longo dos mandatos de Sarney até chegar ao governo Bolsonaro, visando ainda investigar quais recursos foram utilizados para mediação do ensino remoto durante a pandemia.

Faz-se necessário também, compreender os apontamentos da secretaria de educação do município de Barra de Santana/PB para a construção de objetivos e critérios levados em consideração para o sistema de avaliação remoto e pós pandêmico; Além de fomentar a discussão entre neoliberalismo e as avaliações de larga escala a nível estadual e municipal.

Ademais, se constitui em uma pesquisa de campo quali-quantitativa. A classificação da pesquisa quanto aos seus objetivos, se divide em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas (KIPNIS, 2005). A opção que mais se aproximou do tipo de estudo foi a exploratória. E o método escolhido foi o indutivo.

O trabalho inicia com a trajetória das políticas educacionais e o avanço neoliberal a partir dos governos de José Sarney a Bolsonaro. Em seguida, há um capítulo referente à pandemia pela covid -19 e seus impactos na educação do país, evidenciando os problemas encontrados durante o ensino remoto.

Logo após, há o capítulo referente ao sistema de avaliação brasileiro com enfoque nos critérios utilizados para realizar as avaliações da aprendizagem, em seguida na parte de resultados e discussões é destrinchado questões que batem de frente com os resultados obtidos pelo SAEB e IDEB DE 2021.

Diante da organização do trabalho, busca-se incentivar um pensamento crítico acerca das políticas educacionais de avaliação adotadas e como elas impactam na realidade brasileira. Há ainda o interesse em fomentar a discussão sobre neoliberalismo e seu interesse na educação de países em desenvolvimento, como relata Ball (2014):

[...] na interface entre a política educacional e o neoliberalismo, o dinheiro está em toda a parte. Como indiquei, a própria política é agora comprada e vendida, é mercadoria e oportunidade de lucro, há um mercado global crescente de ideias de políticas. O trabalho com políticas está

também cada vez mais sendo terceirizado para organizações com fins lucrativos, que trazem suas habilidades, seus discursos e suas sensibilidades para o campo da política, por uma taxa honorária ou por um contrato com o Estado. (BALL, 2014, p. 222).

É necessário compreender quais as problemáticas do ensino público e quais os desafios que o estímulo à performance de mercado ocasiona diante da atual educação. E sobretudo, analisar os grandes impactos que a pandemia pela Sars cov-2 trouxe para a educação durante e após a pandemia.

2 **NEOLIBERALISMO: ORIGENS E IMPLICAÇÕES**

O neoliberalismo é uma corrente econômica baseada nos preceitos de liberalismo econômico, que para Von Mises (2010) são direito à propriedade privada, liberdade individual, isenção do Estado com relação à sociedade e estímulo à livre concorrência, tais preceitos foram sendo implantados a passos lentos durante os últimos 60 anos.

Em contrapartida, as consequências do modelo neoliberal chegaram de maneira rápida, entre elas desemprego, desigualdade social, fome, alta inflação e inúmeros impostos. Este é o cenário econômico e social em que a população brasileira está imersa. De acordo CASTEL Et all (2004), as raízes do sistema neoliberalista, todas as esferas econômicas, sociais, políticas e educacionais precisam caminhar para uma situação de estabilidade monetária, que lida de modo desprezível com as desigualdades e dificuldades sociais.

A base do ideal neoliberalista nasceu na Europa por meio da obra *O Caminho da Servidão* (1944) de Friedrich Hayek. O autor, juntamente com outros pensadores, defendiam o sistema capitalista ferrenhamente, elucubrando melhorias para que o sistema se perpetuasse. O Estado, ao contrário de como agia na economia socialista (agente ativo direto na economia), deveria ter suas funções limitadas, sendo apenas um órgão regulador que não se responsabilizaria pelas demandas sociais que surgissem. É o que diz o autor em *Caminho da Servidão*:

O poder do planejador sobre nossa vida privada seria total, mesmo se ele resolvesse não exercê-lo mediante o controle direto do consumo. Embora seja provável que uma sociedade planificada venha até certo ponto a empregar o racionamento e outros mecanismos semelhantes, o poder do planejador sobre nossa vida privada não depende disso e não seria menos efetivo se o consumidor tivesse a mesma liberdade nominal de gastar o seu dinheiro como lhe aprouvesse. Esse poder sobre todo consumo, que a autoridade deteria numa sociedade planificada, se origina do controle da produção. (HAYEK, 2010, p. 104).

Para formar uma frente contra tudo o que o socialismo e a URSS representavam naquele momento para o mundo, fundou-se a sociedade de Mont Pèlerin (Suíça) que funcionava como uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, seu objetivo era combater o modelo de produção Keynesiano e a conduta “solidária” que ali imperava, preparando o terreno apropriado para as bases de um novocapitalismo, superior, livre (ANDERSON, 1995, p. 9).

No entanto, na época, o capitalismo presente estava passando por seu momento de ouro, essa fase se estendeu até o ano de 1960. Com o ápice do capitalismo, não havia motivos

para se pensar numa renovação de um modelo que já estava dando certo. No campo econômico, o neoliberalismo não teve, até a década de 1960, avanços nem sucesso. Mas no campo social, a regulação proposta pelo detentor do capital (Estado) incomodava a sociedade, já que de certo modo prejudicava a vitalidade da concorrência e a liberdade das pessoas.

Quando o ano de 1973 chega, traz consigo uma grande crise pós-guerra que colapsa o mundo capitalista. E, pela primeira vez, combina taxas de inflação altas com baixo crescimento, este fato propiciou a emergência de uma revisão no modelo econômico capitalista e assim o neoliberalismo surge como única saída possível.

Para Hayek e tantos outros, os dois carros chefe da derrocada do capitalismo foram os movimentos sindicais e os movimentos operários que lutavam por melhores condições sociais. Para Hayek, esses dois pontos sugaram o Estado e estagnaram o crescimento econômico.

A ideia de uma estabilidade monetária/ econômica deveria ser, para Hayek, o objetivo maior de todo governo. Isso só seria possível, com a contenção de gastos com bem-estar social, e a manutenção de uma taxa de trabalhadores desempregados, que serviria posteriormente como uma massa à mercê do mercado, sem necessidade de que o governo cedesse a pressões sindicais. (ANDERSON, 1995, p. 2)

Outra ideia presente na ideologia neoliberal se concentra na redução de cobranças de impostos sobre altos rendimentos e rendas, também altas. Esses aspectos possibilitaram uma nova classe de desigualdades que seria uma “consequência saudável” da estabilidade monetária desejada.

O primeiro governo a instaurar o programa neoliberal foi a Inglaterra, na gestão de Thatcher. Países como Estados Unidos, Alemanha e Dinamarca seguiram na mesma direção, todos governos de direita. Um dos motivos para que a maioria dos países na época seguissem o viés da direita era a predominância da campanha anticomunista.

O governo de Thatcher foi considerado o mais próximo modelo neoliberal já implantado, com taxas de juros altas, baixos impostos sobre grandes rendimentos, restauração da taxa de desemprego, coibição às campanhas de greve e sancionamento de legislação anti sindical que reduzia, se não cortava - principalmente - gastos sociais. Privatização de empresas estatais também foram efetivadas.

Nos demais países como Estados Unidos, o modelo de programa neoliberal foi instituído de modo mais moderado. Pode-se dizer que o neoliberalismo passou por adaptações nos lugares em que foi adotado. Na economia norte-americana a competição militar com a então União Soviética foi o primeiro e mais imponente impulsor do neoliberalismo no

país.

A princípio, os países que se mostraram adeptos à ideologia neoliberal estavam todos virando a direita, todavia, durante os avanços da mesma ideologia de mercado até mesmo partidos governamentais de esquerda defendiam a mentalidade neoliberalista, sendo conservadores no mercado econômico e na preservação do capital para causas sociais.

O que parece ser um paradoxo, na verdade se deve ao fato de que embora os EUA tenham tido até certo ponto um governo neoliberal com Reagan conquistando êxito na corrida armamentista, terminou se tornando um governo decepcionante pela quebra da economia americana, que investia apenas em objetos de energia nuclear e deixava de injetar capital nos demais setores da sociedade.

Nenhum país teve a audácia de se permitir seguir o modelo estadunidense no que diz respeito a esse modo de implantação do ideal neoliberal. A maioria dos demais países tentou estabelecer algumas concepções desse novo modo de tratar a economia, tornando o período dos anos 1980 e 1990 um dos melhores momentos do neoliberalismo. Apesar de ter obtido resultados positivos no que diz respeito à deflação, lucros, empregos e salários, ainda assim a taxa de crescimento do PIB dos países da OCDE¹ (Organização para cooperação e desenvolvimento econômico) não sofreu nenhuma mudança positiva.

Uma das explicações para esse resultado de decréscimo se deve aos gastos desses países com bilhões como forma de assistência para os desempregados e o aumento da população aposentada, levando o estado a gastar ainda mais para manter as pensões. Como consequência, nos anos 1990 há um agravamento da crise deste novo modelo de capital, principalmente na Inglaterra e Estado Unidos, com dívidas públicas em estado crítico nunca vistas antes desde o fim da segunda guerra mundial, chegando ao número de 38 milhões de desempregados naquele período (ANDERSON, 1995, p. 7).

Embora a campanha neoliberal tenha demorado a chegar na América Latina, o Chile, sob o governo de Pinochet, aderiu a este modelo econômico. Neste regime, a desregulação, o desemprego em larga escala, a repressão de sindicatos, e a redistribuição de renda em favor dos que tinham mais dinheiro foram marcas desastrosas de um modelo econômico pouco ou nada preocupado com as necessidades de sua população (ANDERSON, 1995, p. 9 e 10).

Embasado pelas ideias de Friedman, o governo neoliberal de Pinochet interessou

¹ Os países que faziam parte da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) até 1990 eram Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal, República Federal da Alemanha, Reino Unido, Suécia, Suíça, Turquia, Estados Unidos e Canadá (PINTO, 2000, p. 13).

muitíssimo aos conselheiros de Thatcher possibilitando boas relações dos dois países principalmente nos anos 1980, como mostra a imagem abaixo:

FIGURA 1: Margareth Thatcher e Pinochet



Fonte : Diário de notícias, 2019. PA.Thatcher com Pinochet e sua esposa, ano 2000.

O governo do Chile impôs uma das mais terríveis ditaduras da história, no entanto, para os defensores do neoliberalismo, a democracia nunca foi sua preocupação, podendo até ser empecilho para o crescimento da economia daquele país. E economicamente falando, o Chile teve resultados de crescimento muito bons ao longo dos anos. Países como México, Argentina e Peru tiveram êxitos em suas propostas neoliberais (ANDERSON, 1995, p. 10) todavia a Venezuela tornou-se o símbolo do fracasso desse sistema na América Latina.

2.1 NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Devido a um contexto de disputas de interesses entre frações do capital -que se dividem e se caracterizam de acordo com o lugar e a função exercida - e lutas de trabalhadores em prol da classe mais pobre, o Brasil foi o último país a implantar a política neoliberal na América Latina.

As bases deste conflito se definem na decadência do Modelo de Substituição de Importação (Filgueiras, 2006). Encabeçado por Vargas em 1930 como instrumento para o processo de industrialização do país, e também na criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT) além do Partido dos Trabalhadores.

Todavia, o engendramento desses movimentos sociais com pautas trabalhistas

não surtiram o efeito tão esperado de imediato por seus idealizadores, ou seja, a sociedade ainda não havia “ dimensionado “ totalmente as ideias presentes nas pautas defendidas por eles. Nisto, os empresários, detentores das demais frações do capital encontraram nesse receio da sociedade uma brecha para que sua agenda neoliberal fosse implantada.

O Governo do Presidente José Sarney (de 1985 a 1990), que antecedeu um governo neoliberal, herdou inúmeros problemas da gestão anterior, entre eles uma dívida externa de cem bilhões de dólares e uma inflação que beirava 12,7% ao mês. Como medida para estabilizar a economia, em 28 de fevereiro de 1986, o então ministro da fazenda Dílson Funaro em consonância com Sarney lança o Plano Cruzado, que consistia em reforma monetária que eliminava os três zeros do cruzeiro e substituiria por uma nova moeda é o que explica Dias (2019).

Outra medida deste plano baseava-se no congelamento dos preços por um ano, e, de igual modo, dos salários pelo valor médio dos últimos 6 meses com o acréscimo de 8% que ficou conhecido como “ gatilho salarial”, este, garantia que toda vez que a inflação atingisse ou chegasse a ultrapassar o percentual de 20% os salários receberiam um aumento proporcional (Dias, 2019).

Houve ainda a medida de extinguir a correção monetária; a criação do seguro-desemprego como forma de auxiliar as pessoas que ficassem fora do mercado de trabalho por determinado período de acordo com o tempo de trabalho exercido. Para auxílio do consumidor também foi criado o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) que servia para auxiliar na correção das poupanças e aplicações superiores a 12 meses (1 ano).

No decorrer de 1986 a crise voltou a economia, a principal razão foi a revolta dos empresários que não podiam subir os preços de suas mercadorias, tendo o valor de lucro abaixo do que eles projetaram, por isso começaram a dificultar a chegada do fornecimento de insumos e produtos, tornando o comércio escasso.

Como alternativa, em novembro de 1986 foi lançado o Plano Cruzado II, que desfez as medidas tomadas no Plano Cruzado I, com destaque para liberação de aluguéis e alteração dos cálculos de inflação que passou a ser calculada com base nos gastos das famílias de renda que chegasse a 5 salários mínimos. Tudo isso gerou um aumento generalizado e desenfreado dos preços.

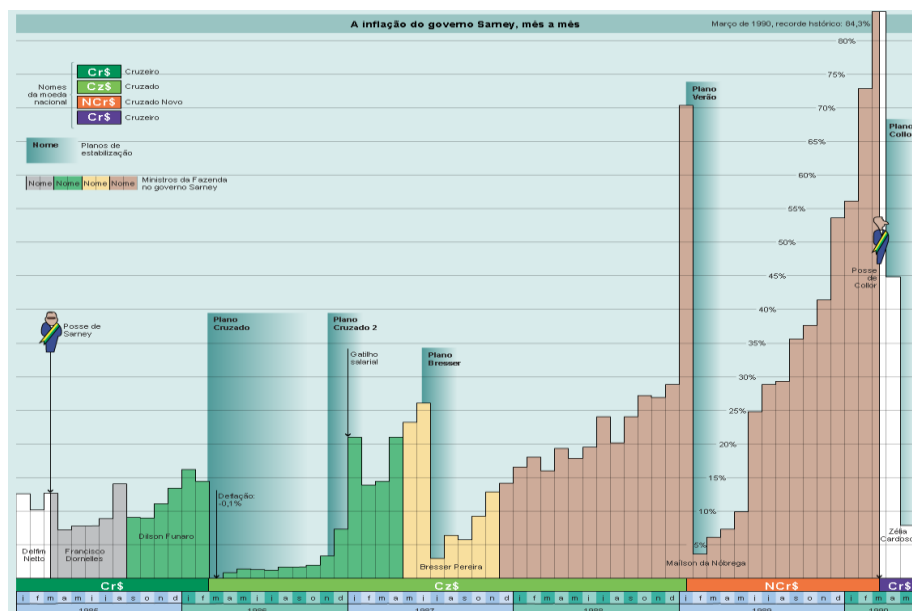
Como resultado dessas medidas, no final do ano de 1988 a inflação atingiu o teto de 933%. Nesse mesmo ano, o ministro da fazenda era Maílson Nóbrega que apresentou em contrapartida o plano verão, este, era constituído de medidas que incluíam novamente o congelamento dos preços, salários e tarifas; O cruzado passou a ser Cruzado novo com três

números zeros a menos.

Além da extinção de correção monetária, subordinação da política de gastos do governo à arrecadação, privatização de estatais, demissão de servidores, extinção dos Ministérios da Habitação e do Bem Estar Social, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Irrigação, Ciência e Tecnologia e da Administração; remanejamento de atribuições e o fechamento de órgãos federais e de autarquias, como era de esperar o plano não teve êxito (ATLAS/ FGV, s.d.)

Abaixo, é possível comprovar por meio de dados todas as informações descritas acima, o gráfico ilustra as medidas adotadas pelo governo Sarney:

GRÁFICO 1: INFLAÇÃO DO GOVERNO SARNEY, MÊS A MÊS



Fonte: Site Atlas, FGV, autor desconhecido (s.d.).

É imprescindível refletir diante de tudo que foi exposto até aqui. O governo Sarney não só abriu portas para o sistema econômico neoliberal como também adotou muitas ações em conjunto com medidas já tomadas no primeiro plano cruzado. Ao contrário do que Dias, 2000 diz: "... o processo de abertura econômica foi iniciado ainda durante o governo Collor (1990), perpassando a gestão de Itamar Franco, quando Fernando Henrique foi ministro da fazenda e implantou o Plano Real." O processo de abertura econômica se iniciou antes, mesmo que de forma tímida, (Governo Sarney) e só causaram problemas para todos os agentes da economia brasileira. Nascia daí a necessidade de injetar novos pensamentos visando desafogar o sistema sócio econômico do Brasil.

Em 14 de março de 1990 assumiu a Presidência da República do Brasil Fernando Collor de Mello, com a promessa de eliminar a inflação que naquela altura já estava em 80% ao mês.

Para alcançar seus objetivos, ele lançou o plano de estabilidade econômica, ou como ficou conhecido, Plano Collor.

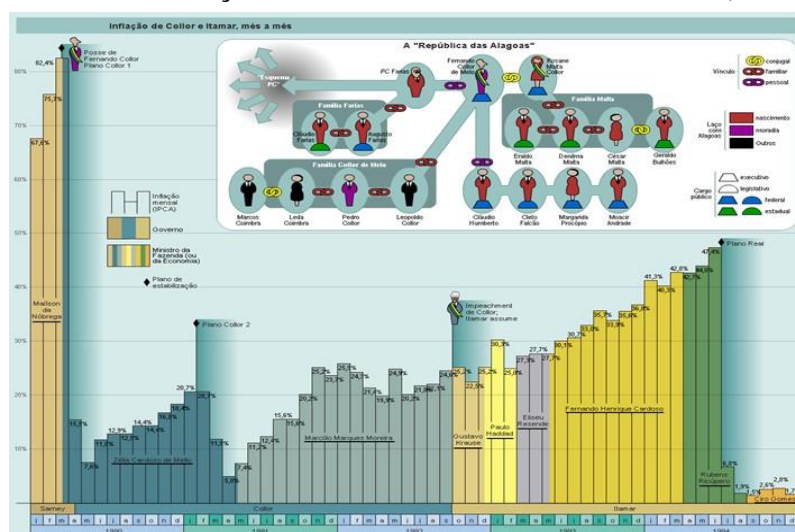
Tal pacote de medidas anunciou a extinção de 24 empresas estatais, com a demissão de alguns funcionários que não estavam sob a tutela de estabilidade; a elevação de Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI), além da taxação de lucros do setor agrícola, a volta do cruzeiro como moeda nacional, congelamento de salários e preços e várias outras demandas para implementação deste projeto econômico que já era considerado neoliberal.

Notoriamente as decisões tomadas e incorporadas à sociedade brasileira afetaram sumariamente a população, que viveu situações de extremo desespero quando o Presidente Collor anunciou o bloqueio de contas e cadernetas de poupança, durante 18 meses, que excedessem os 50 mil cruzeiros.

Consequentemente, após as medidas adotadas pelo plano de estabilidade econômica, a inflação diminuiu nos primeiros dois meses, mas logo em seguida a inflação voltou a ocupar números alarmantes. Ainda, o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil reduziu em 4,4%.

Foi necessário que o governo criasse um novo plano chamado “Plano Collor II” e novamente salários e preços congelaram, foi um momento de muita instabilidade econômica no país. Em meio a um mandato cheio de denúncias de corrupção, em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos deputados aprovou a abertura de um processo de impeachment, que o deixou afastado da presidência, assumindo assim seu vice, Itamar Franco (SALLUM, et al. 2011,p. 163). A ilustração abaixo por meio de gráfico mostra o declínio da economia brasileira mediante os planos de estabilidade lançados por Collor:

GRÁFICO 2: INFLAÇÃO NA ERA COLLOR E ITAMAR, MÊS A MÊS



Fonte: Site Atlas, FGV, autor desconhecido (s.d.).

Em 1993, Itamar nomeou para o ministério da Fazenda o economista e estudioso, Fernando Henrique Cardoso (FHC) que apresentou um novo plano de ação imediata com intuito de reduzir inicialmente seis bilhões de dólares nos gastos públicos. Em 7 de dezembro do mesmo ano, FHC anunciou o plano de estabilização econômica do governo de Itamar Franco, seus principais objetivos eram o ajuste fiscal, ampliação do programa de privatização e preparação de nova moeda que seria, posteriormente, o Real. Inicialmente, ainda em 1994, lançou a Unidade Real de Valor (URV), na época equivalente a 2.750,00 Cruzeiros Reais, mais tarde, esse indexador foi transformado no Real, na cotação de 1 x 1.

O então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995 após sua posse, lança mão de um grupo de economistas responsáveis por tentar sanar o déficit das contas públicas e as contas do governo, e para tanto utilizaram-se do PAI e do Fundo Social, que retirava da sociedade o necessário para o equilíbrio da receita (DIAS, 2000).

Três fatores foram pontuados para que os planos do governo de controle dos gastos fossem colocados em prática, primeiro foi o encerramento dos bancos estaduais, que eram considerados um dos maiores custos para os cofres públicos, tornando-os privados; segundo foi a Criação da Lei de Responsabilidade Fiscal que impôs limites aos gastos do governo e terceiro, o aumento da arrecadação de acordo com a contribuição fiscal (SAMUELS, 2003).

O governo de FHC também foi um dos que mais privatizou ativos estatais como forma de promover o processo de racionalização do Estado.

Aumentariam a competitividade da economia brasileira e atraíam investidores estrangeiros, criando as condições para um novo ciclo de desenvolvimento auto sustentado (FILGUEIRAS, p. 110).

Ao final de seus dois mandatos FHC foi responsável por tornar a economia brasileira mais dependente do FMI e por inúmeros programas desenvolvidos e financiados pelo Banco Mundial. Suas tentativas em tornar a economia brasileira equilibrada respingou na população civil que esteve extremamente desigual. Inserindo oficialmente o Brasil na política neoliberal.

Posteriormente, no decorrer dos mandatos de Lula entre 2002 e 2010 algumas mudanças acentuadas na economia se sucederam, principalmente em 2008 com uma grande crise econômica na Bolsa de Nova York (Uol, notícias, 10 de nov. de 2021) devido a redução de ativos imobiliários. Essa problemática atingiu o mundo todo, fazendo com que as heranças neoliberais como desemprego, fome e taxas de analfabetismo crescentes aumentassem sobremaneira.

Políticas sociais de Lula (2002 a 2010) e Dilma (2010 a 2016) em seus governos como a expansão do bolsa família e de auxílios desemprego, programas fome zero e tantos outros possibilitaram com que a qualidade de vida da família brasileira melhorasse muito, mesmo após a crise. E enquanto o mundo passou por momentos bem difíceis o Brasil se manteve firme.

Segundo a BBC de Londres, um dos maiores legados dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foram o IDH alto e índice de pobreza em baixa, além dos inúmeros investimentos na educação básica e no ensino superior. Criação de Universidades e escolas públicas eram recorrentes em seu governo.

Atualmente (2023), o país enfrenta uma onda de desemprego e embora tenha tido uma queda acentuada nos percentuais, ainda continua com números assustadores, como mostra o gráfico abaixo:

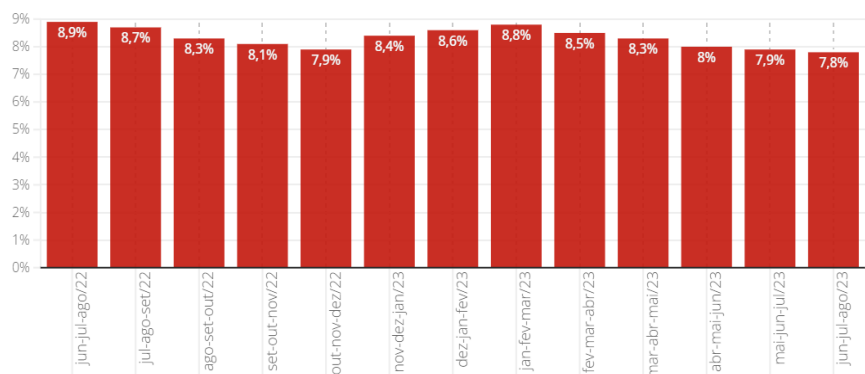
GRÁFICO 3 : EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL ENTRE 2022 E 2023

Evolução da taxa de desemprego no Brasil

Índice no trimestre

Clique nas linhas para visualizar outros valores

● Índice no trimestre



g1

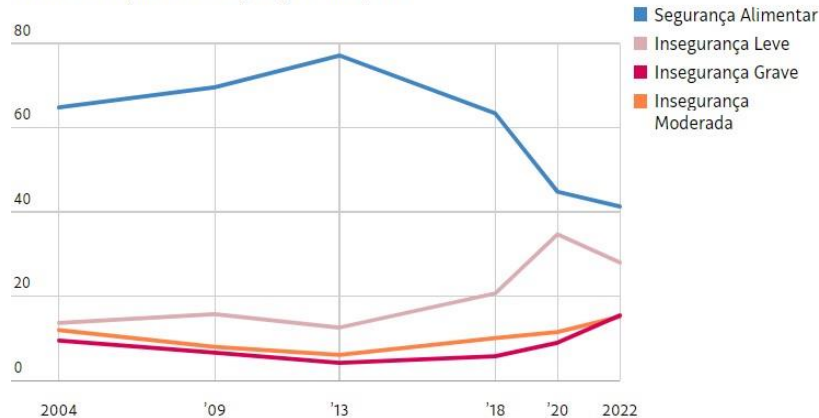
Fonte: IBGE

Fonte: IBGE, 2023

Para além das taxas de desemprego tem-se o fator da insegurança alimentar que passou da metade do percentual de 100%, sendo recorrente no país:

GRÁFICO 6: DADOS DA POPULAÇÃO COM ACESSO PLENO À ALIMENTAÇÃO ENTRE 2013 E 2022

População com acesso pleno à alimentação caiu de 77% para 41% entre 2013 e 2022
Resultados de inquéritos sobre segurança alimentar, em %



Dados de 2004 a 2018 das pesquisas Pnad e POF, do IBGE; e de 2020 a 2022 da Vigisan da Rede Penssan

Fonte: Rede Penssan

Tais dados acima representados por meio de gráficos notoriamente externos mostram que o viés neoliberal da economia não se preocupa em solucionar, ou sanar os maiores transtornos existentes na sociedade. Como citam Hayek e outros autores, no seio liberal e neoliberal não há espaço para que o Estado possa olhar a população com olhos de cuidado e zelo.

Dessa maneira, contrariando o que dizem intelectuais e jornalistas (Mirowski, 2014, pp. 30-3; Peck; Theodore; Brenner, 2012a, pp. 61-4) o neoliberalismo acelerou o seu processo de instauração na economia capitalista em todo mundo, mesmo após essa grande crise em NY, não houve recuo das políticas neoliberais.

2.2 NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Segundo PONCE (2005), o sistema educacional se construiu quando a sociedade passou a se esquematizar em classes sociais opostas, o que ele chama de “sociedade primitiva”. A classe social dominante passou a controlar o campo da educação se sobrepondo às demais. No modelo econômico neoliberal a educação assume um papel estratégico deixando de atuar somente na esfera social e política, como instrumento de perpetuação da desigualdade.

Partindo de encontro ao pensamento neoliberal compreende-se que a desigualdade social/educacional se pauta num pequeno percentual da população que concentra e controla a maior parte da renda, enquanto a maioria sofre com o mínimo de renda para um contingente enorme. Para YAMAMOTO (2003) o neoliberalismo contribuiu para a privatização dos serviços

públicos e direciona as verbas públicas para o setor privado.

O avanço do investimento privado na Educação reflete-se em todos os níveis de ensino, sendo acentuado, na medida em que vão progredindo. Dados do IBGE (2000) revelam que das 34.012.434 matrículas em instituições de ensino fundamental no país, 9,79% são em instituições privadas. No ensino médio, das 9.169.357 matrículas em instituições de ensino, 12,12% correspondem ao setor privado (GUZZO, EUZEBIOS FILHO, 2005).

Os dados acima são do IBGE de 2000. Para fomentar a discussão acerca da problemática neoliberal e seus efeitos na educação do país, foram coletados novos resultados dos dados do Censo de 2022, a saber:

GRÁFICO 7 : PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA- BRASIL - 2022

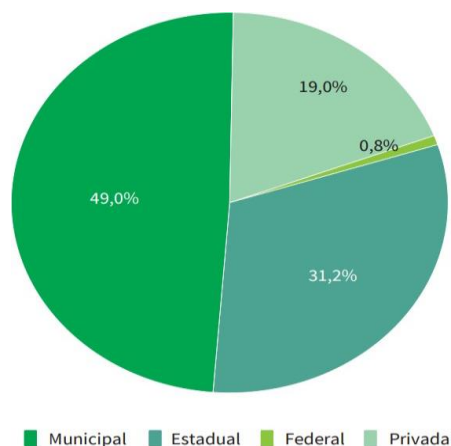


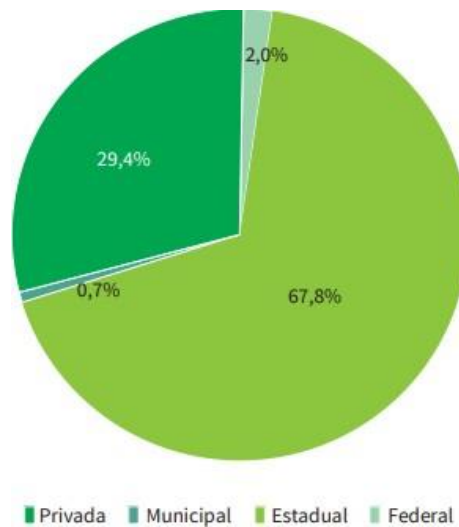
GRÁFICO 2

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Como ilustrado na imagem, a taxa de matrículas em escolas particulares hoje ocupa 19% do total, comparando com os números anteriores, observa-se o aumento de 10% na preferência dos pais e responsáveis pelo ingresso na educação privada. Ainda, segundo o IBGE o número de matrículas na rede particular de ensino chegou a um número superior a 9 milhões de matrículas, mantendo-se no patamar próximo ao número previsto antes da pandemia de Covid-19.

No Brasil, o ensino médio foi ofertado por um total de 29.413 escolas em 2022. Nos últimos cinco anos, houve um aumento gradual no número de escolas das redes pública e privada que oferecem essa etapa, conforme mostra o Gráfico 56. No total, houve um crescimento de 2,6% no número de escolas de ensino médio no período de 2018 a 2022:

GRÁFICO 8: PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2022:



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Para acentuar a discussão temos o comparativo entre as Instituições de Ensino Superior de Ensino no que tange as matrículas:

GRÁFICO 9: NÚMERO DE INGRESSOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO (2012 -2022)

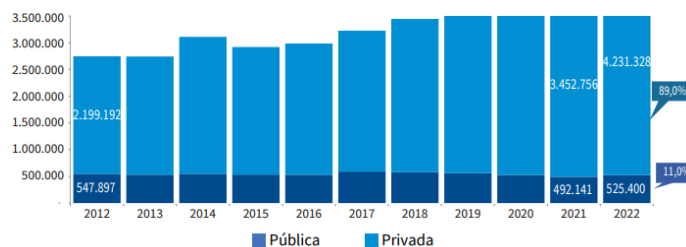


GRÁFICO 7

NÚMERO DE INGRESSOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA – 2012-2022

No Brasil, em 2022 mais de 4 milhões de novos estudantes ingressaram em universidades, desse total, 89% entraram em instituições privadas, enquanto apenas 525 mil ingressaram no ensino universitário público. Cabe a reflexão dos fatores que levaram a esse crescimento, sobretudo, no que diz respeito a defasagem do ensino público no Brasil, que mesmo com aumento de recursos anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023), ainda não possui um resultado positivo para a maioria da população.²

² O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou em agosto de 2023 o novo PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) que direciona R\$45 bi em investimentos para a educação, ciência e tecnologia pelos próximos 4 anos. (Correio Braziliense, 11 de agosto de 2023).

Vale ressaltar, portanto, que para além do aumento da influência dos institutos e escolas privadas na e para a sociedade há o interesse neoliberal de transformar o sistema educacional em um grande comércio cuja lógica está atrelada ao mercado.

Como diz Marrach (1996, p. 46-48):

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...] 2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...] 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com idéia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar.

Stephen Ball³, ao discutir a logística mercadológica e seus impactos na educação, traça um paralelo com as políticas educacionais em voga e aponta que grande parte dos direcionamentos, se não todos, tomados por parte dos governantes para a educação giram em torno daquilo que os organismos internacionais e de influência na economia global sugerem, a exemplo disso existe o Banco Mundial.

Para Ball (2011), discutir sobre política educacional é discutir o entorno no qual essa política é instituída, considerando as esferas sociais e econômicas, bem como os agentes diretamente relacionados:

Ao falhar em dar conta das maneiras pelas quais a educação é incluída em um conjunto de mudanças econômicas e políticas mais gerais, pesquisadores em política educacional restringem as possibilidades de interpretação e jogam os atores que vivem os dramas de educação para fora da sua totalidade social e de seus múltiplos desafios (BALL, 2011, p. 43).

Ao longo dos anos, esse sociólogo apontou para três ferramentas das políticas que dão conta de sistematizar o sistema neoliberal na educação: o mercado, o gerencialismo e a performatividade. Tais ferramentas atuam de maneiras diferentes, variando de lugar para lugar, todavia coexistem entre si.

Segundo Ball (2011), o objetivo dessas ferramentas é descentralizar o Estado detentor de

³ Sociólogo britânico e Professor Karl Mannheim de Sociologia da Educação no Instituto de Educação da University College London. Ele foi descrito como um dos estudiosos mais eminentes no campo da política educacional.

Poderes e dividir as responsabilidades promovendo o alinhamento do setor público aos manejos do mercado (cultura, ética corporativa, métodos) por aproximar os setores público e privado cria-se um cenário ideal para que a campanha de privatização tenha vez.

Com relação à privatização, Ball e Gribb (2005) dizem de uma nova leitura da educação por meio do neoliberalismo, que cria ambientes de ética diferentes dos pré-existentes (construindo novas versões de ética) cujo objetivo é retrabalhar o olhar dos educadores para uma prática educativa empreendedora.

Existe uma agenda que visa re-elaborar a ética da política de privatização (BALL; GRIBB, 2005, p. 117). Nisso o modelo privado importa novos hábitos, novos propósitos e novas motivações para o ambiente educacional, que passa a lidar diretamente com negócios. Um novo modelo de educação surge no conceito neoliberal, pautada em metas, obrigações, performance: “ser como um negócio e parecer como um negócio” “um bom negócio” (BALL; GRIBB, 2005, p. 117).

Nessa perspectiva, a reputação dos professores e orçamentos, assim como resultados do desempenho dos alunos e financiamentos estão cada vez mais condicionados numa relação em que lucro e desempenho são cada vez mais suscetíveis à contabilidade agressiva (HOSTINS, ROCHADEL 2019).

No olhar de Ball, a privatização da educação é um processo complexo e que possui diversas camadas que abrangem vários setores na política : institucional, nacional e internacional. Traz consigo mudanças na organização e gerência do setor público, além de uma nova face do Estado como: Governança, networks, filantropia e administração da performance.

Um trecho de entrevista com Stephen Ball mostra o pensamento do sociólogo sobre a privatização educacional:

...o principal impacto dessas mudanças tem sido o de mudar o significado da educação, mudar o sentido do processo da educação, ou seja, o que significa ser educado, o que significa ser um professor. Parte considerável dessas mudanças são efeitos do processo de mercantilização da educação, da transformação da educação em uma mercadoria que pode ser vendida e comprada. E isto não se aplica apenas aos tradicionais "resultados" da educação, na forma de exames e qualificações que podem ser convertidos em posições de oportunidade ou desvantagem no mercado de trabalho, mas se aplica também às ideias subjacentes às políticas e aos serviços educacionais. Agora são as *ideias* que se converteram em mercadorias que podem ser compradas e vendidas, ou seja, são as próprias políticas que fazem parte de um "mercado global", visto que há muitas empresas interessadas em "vender" tais ideias no mercado global de políticas educacionais. Foi exatamente isso o que tentei demonstrar na Global Education Inc. (ROSA, 2013).

De modo geral, por meio do debate sobre neoliberalismo e privatização da educação elucidase o fato de que o acesso a educação, direito conquistado desde 1988 pela Constituição Federal, se torna cada vez mais difícil, visto que impossibilita a matrícula de jovens e crianças no ensino regular, por vários fatores, mas o principal deles: desigualdade social e econômica.

Simultaneamente, prejudica a permanência de crianças e jovens alunos na sala de aula. Um cenário agravado ainda mais em decorrência de problemas de investimento no setor público, sucateamento da educação, saúde e demais serviços governamentais, sobretudo má distribuição de renda, taxas de desemprego ainda elevadas, excesso de impostos etc.

Tudo isso corrobora para o movimento de privatização da educação, uma vez que se supõe que o Estado não dá conta de suprir a necessidade da população, se remaneja essas funções de prover e manter aos setores privados, dessa forma, utilizarem quem puder pagar.

Nesse sentido, o Estado regula os processos de avanço para mercantilização ao mesmo tempo que promove e financia serviços educacionais usando de políticas públicas para estimular investimentos.

Compreende-se que a privatização da educação condiciona o sistema educacional a um cronograma que se dobra para a lógica da economia, perde-se em qualidade de ensino, em ensino humano, e perde-se ainda objetivos que visam a melhoria de qualidade de vida, a busca genuína por uma sociedade mais justa, melhor.

Ao mesmo período em que condiciona e desumaniza alunos e professores, dando a eles objetivos e metas que suprem tabelas e gráficos mas não mudam significativamente a mentalidade da sociedade.

Veza por outra em meio a esses processos econômicos acontecem situações/ problemas que independem da responsabilidade humana, diretamente. Foi assim que a pandemia pela Sars Cov-2 mudou o planeta, mudou a economia, mudou a educação e mudou a forma de se relacionar com a sociedade. É o que será discutido no próximo capítulo.

3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DURANTE A COVID-19 NO BRASIL

No encerramento de 2019 o mundo iniciou uma batalha contra o Sars Cov -2 responsável pela enfermidade denominada como Covid-19, que rapidamente se espalhou atingindo cerca de 210 países e foi responsável por infectar 689.022.495 pessoas e matar aproximadamente 6.880.661 segundo dados da (OMS, 2022).

No Brasil, os casos giram em torno de 38 milhões de pessoas infectadas e 707,470 mil vítimas fatais, até novembro de 2023. As regiões mais afetadas foram sudeste, sul e nordeste, que tiveram cerca de milhares de mortes somadas, ou seja, mais da metade de expressivos meio milhão de vítimas da Covid-19 (Secretarias Estaduais de Saúde. Brasil, 2023).

Em 11 de março de 2020 a OMS decretou a pandemia pelo novo coronavírus, e consequentemente medidas para tentar conter a disseminação da doença afetaram todos os setores da sociedade, principalmente o setor educacional. Para tanto, as escolas tiveram que se adequar ao modelo emergencial de ensino adotado.

O Ensino Remoto, como ficou conhecido, possibilitou aos profissionais de educação conhecerem de perto as potencialidades e dificuldades/limitações que a pandemia e a tecnologia trouxeram. O maior desafio encontrado diz respeito aos milhares de alunos que perderam a chance de participar do ensino remoto, pois segundo a Unicef, pelo menos 40 milhões de crianças em todo o mundo perderam um período crítico da pré-escola devido à Covid-19.

Nesse sentido, o cenário educacional recebeu muitas normativas necessárias para o andamento das atividades educacionais que foram reeditadas pelo Ministério da Educação (MEC) designando que a partir daquele momento uma comissão de emergência com seis deputados e seis senadores seria instituída mediante situação de calamidade pública, a saber:

Art. 2º Fica constituída Comissão Mista no âmbito do Congresso Nacional, composta por 6 (seis) deputados e 6 (seis) senadores, com igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus, Covid-19 (Câmara dos Deputados, março de 2020).

Tal Decreto Legislativo, corresponde ao de nº 6/2020 (BRASIL, 2020a), em conformidade com o artigo 65 da Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000). O Poder Executivo Federal editou a Medida Provisória nº 934/2020 – “normas excepcionais para

a educação básica e o ensino superior” (BRASIL, 20 de março de 2020) e após isso, editou a Lei nº 13.979/2020 (BRASIL, 04 de fevereiro, 2020).

Em 18 de março de 2020, mediante nota do Conselho Nacional de Educação, afirmou-se que era de responsabilidade das autoridades dos sistemas de ensino Federal, Distrital, Estadual e Municipal, autorizar a realização de atividades educacionais remotas nos seguintes níveis de ensino: Fundamental, Médio, Educação Profissional Técnica de nível Médio; e nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial (BRASIL, 2020a).

No dia 19 de março de 2020 o MEC, em resposta por meio da Portaria nº345/2020, altera a Portaria nº 343/2020, dispondo em seu art. 1º que: Fica autorizada, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020c). Esta alteração se restringia apenas às instituições de ensino superior, não incluindo a Educação Básica, todavia a portaria nº 343/2020 foi prorrogada por mais duas vezes.

3.1 *POLÍTICAS EDUCACIONAIS DURANTE A COVID-19 NA PARAÍBA*

Na Paraíba, o Governo estadual na tentativa de não prejudicar os estudantes dos níveis infantil e fundamental, resolve adotar medidas semelhantes às que foram direcionadas pelo Governo Federal na portaria de nº 343/2020 estabelecendo o uso de TICS (Tecnologia da Informação e comunicação) para substituir as aulas presenciais por aulas remotas (PARAÍBA,2020).

Um Regime especial de ensino foi adotado pelo estado e publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba (DOE/PB), mediante portaria nº 418, em 18 de abril de 2020 para vigorar durante todo o período de aulas suspensas. Em consonância com o plano estratégico foi utilizado o Paraibatec como ferramenta a fim de preparar 100 tutores para esse regime especial de ensino, para que pudessem auxiliar os professores que ainda não estavam familiarizados com as novas tecnologias da sala de aula.

Por meio da plataforma do Paraíba Educa, os professores puderam ter acesso aos documentos normativos, documentos pedagógicos, vídeoaula etc. Além disso, outras plataformas como Google Classroom, aplicativo Paraíba Educa e redes sociais também foram utilizadas para o envio de roteiros de atividades estruturadas para as famílias e estudantes.

Seguindo as orientações dispostas nestes documentos, as aulas deveriam obedecer a um

plano estratégico escolar submetido à Gerência Regional de Ensino e as atividades ainda precisariam ser elaboradas em consonância com os projetos pedagógicos da escola e com a SEECT, como uma forma de nortear os conteúdos a serem lecionados a fim de fossem desenvolvidos da melhor maneira devido a delicadeza do momento.

Como forma de auxílio para os professores, foram disponibilizadas estratégias pedagógicas articuladas de acordo com cada nível e etapa da educação básica, por meio do CIEB (Conselho de Inovação para a Educação Brasileira) e estão disponíveis para consulta no site da organização de educação citada acima. Sobre o CIEB:

Tais planos foram construídos a partir do estudo *Planejamento das Secretarias de Educação do Brasil para ensino remoto*, liderado pelo CIEB, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a Fundação Lemann. A pesquisa contou com as respostas de 3.032 secretarias municipais de todos os estados do país (54,5% do total nacional) e de 21 secretarias estaduais (77,8% do total nacional) e ganhou destaque na imprensa (CIEB,2020).

As estratégias pedagógicas eram diferenciadas para cada etapa da Educação Básica. Para a Educação Infantil deveriam ser encaminhadas propostas de atividades interacionais e lúdicas, objetivando o desenvolvimento e fortalecimento das dimensões afetiva e sócio emocional das crianças.

Tais propostas de atividades seriam disponibilizadas por roteiro de estudos que estariam sistematizados e seriam produzidos por professores, mas ainda deveriam ser examinados pela coordenação pedagógica de cada escola. No que diz respeito ao Ensino Fundamental, anos iniciais, a interação das crianças com a tecnologia tende a ser maior, todavia por não estarem ainda todas letradas e alfabetizadas demandavam de acompanhamento e observação por parte das famílias, por isso foi adotado uma estratégia semelhante à da Educação Infantil.

Para isso, foi feito o encaminhamento remoto dessas atividades lúdicas e pedagógicas às famílias e aos estudantes, além de uma programação na Tv por meio do projeto “Paraíba Educa” com programação centrada na estimulação da leitura, escrita, matemática e letramento científico dos estudantes, partindo dos eixos norteadores apontados pela SEECT.

No Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, os estudantes matriculados teriam acesso às atividades por meio de roteiro de estudos disponibilizado por meio de salas de aulas virtuais disponíveis na Google Classroom, videoaulas, meio físico ou outros. Já para os estudantes com deficiência ou algum transtorno de desenvolvimento, os professores do ensino

regular ficariam com o compromisso de manter parcerias pedagógicas com o professor da sala de recursos multifuncionais para adaptar suas aulas mediante a necessidade de cada aluno.

Para os estudantes dos cursos, foi contratado um intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para as salas de aula virtuais, bem como um material de estudo específico para portadores de necessidades especiais do tipo surdez. Destaca-se também a disponibilidade do material adaptado para os alunos com deficiência visual (PARAÍBA, 2020).

É importante destacar que estes materiais foram sendo disponibilizados e distribuídos em formato impresso para aqueles alunos que foram constatados pela gestão escolar como impossibilitados de acessar as plataformas digitais disponíveis para a realização das aulas remotas. Cada escola deveria estabelecer a própria logística para a distribuição destes materiais de acordo com sua realidade, garantindo assim que todos os alunos pudessem ter acesso aos conteúdos educacionais durante o período de aulas remotas (PARAÍBA, 2020).

3.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DURANTE A COVID-19 EM BARRA DE SANTANA-PB

O governo do município de Barra de Santana não diferente dos demais governos municipais, também adotou medidas de acordo com as normativas que foram lançadas, a saber: Decreto nº 02/2020 de 27 de maio de 2020 que traz sobre o Regime especial de ensino “considerando a declaração da OMS no dia 11 de março a respeito da caracterização da covid 19 como pandemia mundial, e considerando ainda Decreto estadual de nº 40.122, que estabeleceu em caráter de excepcionalidade às instituições de ensino municipais que houvesse a reorganização do calendário de atividades escolares para fins de cumprimento da carga horária do ano letivo de 2020.

Mediante o mesmo decreto, houve a necessidade de se manter esse regime até o período correspondente à normativa do governo estadual. No que diz respeito a como as atividades curriculares acima citadas seriam desenvolvidas, considerou-se aspectos como: a pluralidade de realidades socioeconômica das famílias no município, a possibilidade de acesso universal dos estudantes às tecnologias e aparatos necessários à realização das aulas remotas, bem como a possibilidade de ir até a escola buscar as suas atividades mediante devolutiva para serem avaliadas e consideradas como participação durante o período.

Ainda, as condições financeiras para formação dos professores que não tinham domínio de habilidades tecnológicas também entrou no Decreto como medida a ser adotada de acordo com as possibilidades do município dada às urgências do momento. A própria Secretaria do

município de Educação deixou claro que a organização da carga horária mínima de ensino seria orientada de acordo com uma análise específica de cada instituição escolar.

Posteriormente, foi evidenciado que a validação de atividades e a participação dos estudantes seria realizada pelos coordenadores e validadas pelos conselhos escolares. Tal planejamento tinha como objetivo garantir que a carga horária mínima fosse cumprida na sua totalidade, respeitando o direito do aluno de usufruir do mínimo possível de suas atividades escolares.

Segundo o mesmo Decreto de nº 02/2020 sobre material didático todo planejamento bem como material didático adotado durante o regime especial de ensino deve estar em conformidade com o Projeto Político pedagógico da escola, e este deve estar de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais correspondentes a cada nível, etapa e modalidade de ensino (paráfrase da autora).

Com relação à carga horária letiva, foi proposto aos professores, diretores e agentes escolares considerar esse período remoto como um momento em que esses estudantes iriam suprir sua ausência nas aulas presenciais com o período de atividades assíncronas.

Era necessário computar este tempo, visto que até aquele momento não se sabia ao certo quanto tempo levaria para retorno ao que conhecíamos como normalidade. Reforçou-se nesse meio tempo trabalho de cunho emocional com os estudantes dada a situação de adoecimento e isolamento físico que se vivia.

Para a área de Educação especial, o decreto trazia a necessidade de se realização de atividades que incluíssem alunos com espectro autista, superdotação e deficiências em geral, devendo ser adotadas medidas de acessibilidade, com organização e regulação definidas contudo, faz-se necessário atentar, principalmente, para a mediação dessas atividades, pois considerando a atenção que tais estudantes demandam, o profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE) precisa auxiliar as escolas na elaboração de planos de aula individualizados e atividades para essas crianças. Faz-se necessário ressaltar que a ajuda da família é crucial no processo de aprendizagem da criança.

No dia 30 de abril de 2021, por meio de Decreto nº 41.219 o Governo estadual prorroga medidas de enfrentamento a covid 19. O Decreto de nº 14/2021 da prefeitura de Barra de Santana exara que haveria a prorrogação do toque de recolher; que estabelecimentos comerciais deveriam ter horário para funcionar de forma parcial e os funcionários deveriam usar Equipamento de Proteção Individual (EPI), além da proibição de festividades.

A respeito do campo educacional, mantém-se a suspensão de aulas presenciais no município como disposto no decreto de nº 41.010 de fevereiro de 2021. Mediante tais

decretos e portarias que foram sendo publicados desde o início da pandemia, a SEMEC visando seguir as orientações dadas, firmou compromisso de realizar uma formação especial para os professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental tendo em vista as possíveis dificuldades que eles enfrentam no uso das novas tecnologias de informação e educação.

4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PANDEMIA DE COVID-19

Muito se discute acerca da importância da avaliação como instrumento de auxílio e verificação do ensino-aprendizagem, também se debate sobre sua face de agente que atua em favor da lógica neoliberal de qualificação para a educação.

Segundo PERRENOUD:

Reinventar a prática pedagógica e redefinir os critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem mediante novas correntes filosóficas têm sido um desafio para estudiosos e pesquisadores da educação, pois a avaliação está no centro do sistema didático e do sistema de ensino. (PERRENOUD, 1999, p.143)

A avaliação está atrelada a um projeto de ensino, bem como a uma matriz teórica, sendo dessa forma uma prática que não consegue se vestir de neutralidade pois possui objetivos, metas e intencionalidade. O professor lhe condiciona significados e sentidos próprios, de acordo com a tendência pedagógico-curricular que o professor lhe direciona (CHUERI, 2008).

Portanto, a avaliação não deve ser entendida como uma sentença que pode desmotivar o aluno ou atrapalhar seu processo de aprendizagem, mas sim um caminho que vai esclarecer quais os pontos no processo desse ensino e aprendizagem precisam ser melhorados (LUCKESI,2003,P.28).

Perrenoud (1999) e Luckesi (2014) trazem reflexões acerca de uma lógica avaliativa que é excludente, não considerando os contextos sociais do aluno, não enxergando o público estudantil na totalidade e com a sensibilidade necessária. Dessa maneira, notas e medidas substituem o lugar das pessoas, objetificando-as como um simples dado.

No Brasil, a noção que se tem de avaliação é muito atrelada ao ensino tradicional pautado em provas e notas, conseqüentemente em resultados que sejam considerados satisfatórios não só para a nota do aluno, como também para comprovação de desempenho do professor, a classificação da escola em rankings educacionais que se estende para as esferas municipal, estadual e federal.

Durante a pandemia pela covid-19 o mundo inteiro precisou se adequar a um novo modo de vida. A esfera educacional, cuja importância é imensurável para o desenvolvimento de uma nação, também passou por adaptações. Com a impossibilidade de aulas presenciais foi instituído o modelo de Ensino Remoto, conforme já dito anteriormente.

Diante das alterações realizadas no meio educacional instituídas tem-se:

TABELA 1 : QUADRO DE DIRETRIZES EDUCACIONAIS

Elaboração de seqüências didáticas construídas em consonância com as habilidades e competências preconizadas por cada área de conhecimento na BNCC; ² (BRASIL, 2020, p. 12)
Utilização, quando possível, de horários de TV aberta com programas educativos para adolescentes e jovens; (BRASIL, 2020, p. 12)
Distribuição de vídeos educativos, de curta duração, por meio de plataformas digitais, mas sem a necessidade de conexão simultânea, seguidos de atividades a serem realizadas com a supervisão dos pais; (BRASIL, 2020, p. 12)
Realização de atividades on-line síncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica; (BRASIL, 2020, p. 12)
Oferta de atividades on-line assíncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica; (BRASIL, 2020, p. 12)
Estudos dirigidos, pesquisas, projetos, entrevistas, experiências, simulações e outros; (BRASIL, 2020, p. 12)
Realização de testes on-line ou por meio de material impresso, entregues ao final do período de suspensão das aulas; (BRASIL, 2020, p. 12)
Utilização de mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) para estimular e orientar os estudos, desde que observadas as idades mínimas para o uso de cada uma dessas redes sociais. (BRASIL, 2020, p. 12)

Fonte: CNE, 2020

Neste quadro é possível perceber como as atividades pedagógicas foram modificadas para atender a demanda necessária naquele período (2020). Dentre elas: atividades síncronas e assíncronas, avaliações em formatos online ou impressos, redes sociais como instrumentos facilitadores da aprendizagem, vídeos educativos nas plataformas digitais, planejamento de atividades a serem trabalhadas e supervisionadas pelos pais/ responsáveis.

A princípio, no trecho que aparece primeiro, é possível ver que mesmo diante da problemática sanitária, havia normativa que sinalizava a importância de se seguir as diretrizes da BNCC para desenvolvimento do plano de ensino. Em seguida, é ressaltada a necessidade de adaptação da criança/aluno ao novo ambiente escolar, sua casa.

Dessa maneira, inserir uma programação educativa, direcionada para o auxílio do ensino poderia facilitar o aprendizado. A terceira orientação diz da relevância de se utilizar vídeos curtos que dialoguem com os conteúdos. Já na quarta orientação há instituição de atividades assíncronas e síncronas, com o objetivo de partilhar o ambiente da sala de aula mesmo que de maneira virtual simultaneamente.

No trecho de número cinco, há direcionamento para aulas online não simultâneas e no trecho seis, direciona-se para a formulação de atividades que sigam seqüências, como estudo dirigido, ou até mesmo pesquisas.

O sétimo, e mais importante trecho, diz sobre a realização de avaliações online ou impressas, para aqueles que não tinham acesso à internet. Já como uma tentativa de incluir os

alunos/ as crianças que estavam à margem naquele momento. A partir dessas diretrizes é possível considerar que o processo de avaliação instituído até então precisaria ser modificado.

4.1 OBJETO DE PESQUISA

A título de exemplificação e comprovação das diretrizes mencionadas acima, selecionou-se uma escola presente na área rural cujo período de aula remota foi observado e conseqüentemente tornou-se objeto da presente pesquisa.

Trata-se da Escola Municipal de Ensino Básico Josué Barbosa de Andrade Lira, situada no povoado Santana - Barra de Santana, PB. O município está localizado no cariri paraibano, cujas principais atividades econômicas são agricultura e agropecuária; possui pouco mais de 8 mil habitantes; na área da educação há 17 escolas de nível fundamental, sendo 4 delas escolas-polo (IBGE, 2022).

A instituição de ensino escolhida é uma das escolas-polo e atende cerca de 150 alunos nos turnos da manhã e da tarde. As aulas em caráter emergencial de ensino remoto (ERE) na modalidade remota iniciaram em março de 2020. A turma selecionada para embasar a pesquisa foi a de 3º ano do ensino fundamental I, da professora Maria de Fátima, não só pela disponibilidade da professora, mas também pela oportunidade de atuação como auxiliar na sua sala de aula durante 1 ano letivo (2020).

Com um cenário complexo diante da turma e tomando conhecimento da falta de recursos de muitos pais por não possuírem tecnologia necessária para que os filhos acompanhassem as aulas remotas, bem como pacote de dados suficiente para a demanda escolar, a professora procurou fazer o que estava a seu alcance naquele momento. Os objetivos educacionais estavam definidos, mas os desafios eram enormes, sendo necessário superá-los.

Tendo em vista que a maioria dos pais dos alunos eram trabalhadores rurais e donas de casa, o que a escola poderia fazer diante de uma situação como essa? Como proceder? Deveria incluí-los, mas de que maneira? Para tanto, a escola foi orientada pela secretaria de educação a imprimir as atividades que eram realizadas durante as aulas remotas para que os responsáveis pelos alunos e crianças pudessem ir até a escola e pegá-las.

Todavia, embora inúmeros esforços da comunidade escolar em frisar para esses adultos sobre a importância da participação dos filhos mesmo que de forma remota ou por meio das atividades impressas, os pais não davam a devida relevância para isso.

Diante de toda essa problemática e da exigência de se adaptar a organização do ensino e planejamento de atividades, os moldes de avaliação também precisaram ser revistos. É necessário, portanto: “[...] mobilizar uma ampla variedade de saberes, reutilizando-os no trabalho, para adaptá-los e transformá-los pelo e para o trabalho” (TARDIF, 2002, p. 21).”

Como avaliar a aprendizagem das crianças, mediante as dificuldades enfrentadas durante a pandemia? Muitos foram os empecilhos encontrados, e como soluções ressaltam-se a exemplo, novas formas de avaliação que não fossem limitadas pela pandemia como jogos educativos com questões conteudistas.

O acompanhamento da aprendizagem identificando as competências que foram e não foram desenvolvidas, além de observação direta da aprendizagem do aluno, e os mais tradicionais que eram a frequência na aula, participação e retorno das atividades impressas.

4.2

BANCO MUNDIAL E NEOLIBERALISMO

Em decorrência do avanço do neoliberalismo nos últimos anos, principalmente durante e no pós-pandemia, tornou-se pertinente refletir sobre a avaliação numa perspectiva mercadológica. Esta, enraizada no sistema de educação nacional e global, pois dentro do sistema neoliberal, a avaliação se apresenta como uma estratégia de regulação da educação. Tal afirmação se ratifica pela forte influência de órgãos reguladores da economia, como o Banco Mundial.

A princípio, a instituição - Banco Mundial - foi criada para ser um instrumento financiador para reconstrução de países destruídos pela Segunda Guerra Mundial, em especial países da Europa, segundo ARRUDA, 1998.

O Banco Mundial tem sido um importante agente no financiamento de políticas educacionais para países em desenvolvimento. Segundo Torres (1998) destaca-se um pacote de medidas educativas propostas pelo órgão, entre eles:

- 1- Priorização da educação básica, que está diretamente ligada aos benefícios sociais e econômicos do país;
- 2- Melhoria da qualidade e da eficiência da educação, tal objetivo se pauta nos resultados dos exames, principalmente os de larga escala;
- 3- Prioridade sobre os aspectos financeiros e administrativos da reforma educativa, que inclui reestruturação dos ministérios, instituições intermediárias e as escolas, fortalecimento dos sistemas de educação, capacitação administrativa dos funcionários;

4- Descentralização de instituições escolares autônomas e responsáveis por seus resultados, remanejando o poder central, com autonomia política, financeira e administrativa.

O primeiro processo de descentralização se data desde 1988 a 1996, “...a descentralização fiscal para estados e municípios, iniciada na década de 1980, aumentou a disponibilidade de recursos nessas instâncias governamentais” (RODRIGUEZ, 2001, p.43); quando a distribuição da receita dos impostos que pertencia a federação passou a ser remanejada para as esferas estaduais e municipais. Tais como mostra a tabela abaixo:

TABELA 2 : BRASIL – DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS 1960- 1997 RECURSOS DISPONÍVEIS POR NÍVEL DE GOVERNO (%)

Anos	Federal	Estadual	Municipal
1960	59,44	34,01	6,55
1980	69,17	22,18	8,64
1988	62,32	26,92	10,77
1997	56,4	27,5	16,1

Figura 1: Brasil e sua distribuição da Receita de Impostos, adaptado de Afonso J. R. & Raimundo J.C. BNDES (mimeo), Rio de Janeiro, 1998. In: Rodriguez, 2001.

Entre 1996 a 2000 houve a criação do FUNDEF (Fundo do Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização ao Magistério) que também foi um marco de descentralização formado por 15% dos recursos que já existiam e pertenciam á municípios e Estados, mas que a partir dali seriam investidos no ensino fundamental. Mais para frente, em 2007 houve a criação do FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) que substituiu o extinto FUNDEF.

Para o Banco Mundial ainda,

5- A maior participação dos pais e responsáveis na educação escolar representava maior controle e contribuição na realização das metas traçadas, sempre entrelaçadas com objetivos que beneficiam o sistema econômico neoliberal; “A noção de “participação” (da família, da comunidade) na educação está cada vez mais fortemente contaminada pelo aspecto econômico” (DE TOMMASI et al, 1998, p.136).

Outro ponto defendido pelo Banco Mundial :

6- O impulso do setor privado e os organismos não – governamentais (ONGs) como

agentes ativos no terreno educativo tanto nas decisões como na implementação, há participação na sub administração da educação, como complemento ao papel do Estado.

7- A mobilização e a alocação eficaz de recursos adicionais para a educação de primeiro grau; Com redefinição de parâmetros e prioridades com as despesas públicas.

8- Um enfoque setorial; Este se aplica principalmente a investimentos no ensino fundamental.

9- A definição de políticas e prioridades baseadas na análise econômica. Ou seja, refazer uma análise dessas políticas pontuando onde melhorá-las para o maior crescimento econômico.

Dessa forma, percebe-se que pelas sugestões realizadas acima, o BM não está interessado numa reforma educacional de qualidade em níveis sociais. Mas sim, em níveis apenas econômicos que beneficiem e impactem positivamente o setor empresarial e econômico. A educação atua nesse sentido como reprodução e manutenção de força de trabalho.

Um dos principais conceitos presentes no sistema neoliberal se encontra na performatividade, que para Ball quer dizer: “...performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que emprega julgamento e comparação como meio de incentivo, controle, atrito e mudança baseados em recompensas e sanções (ambos materiais e simbólicos)” (BALL, 2003, p. 216).

É baseada nos resultados dos sistemas de avaliação em larga escala e Performances – de sujeitos ou organizações – que servem como indicadores de produtividade ou demonstrações de “qualidade”, de promoção ou inspeção, representam o valor, a qualidade ou o valor de um indivíduo ou organização dentro de um campo de julgamento. “O novo trabalhador performático é um sujeito empreendedor com paixão pela excelência” (Ball, 2003, p. 215).

Diante disso, evidencia-se como o sistema neoliberal com o advento da pandemia pela Sars cov-2, utilizando-se dos sistemas de avaliação conseguiu inserir de forma mais rápida os conceitos neoliberais de performance e regulação tanto no sistema educacional como no empresarial/ mundo do trabalho.

Considera-se ainda que os avanços tecnológicos, evidenciados no ensino remoto, contribuíram substancialmente para que novas formas de pensar políticas públicas educacionais, como a criação de startups direcionadas para esse setor, fossem inseridas de uma vez por todas no mercado educacional.

4.3 *Sistema SABER*

Tais tecnologias atreladas aos conceitos neoliberais visam cada vez mais tornar o sistema educacional tecnológico e conseqüentemente pautado em resultados, performances que posteriormente definem a qualidade da educação dos estados e municípios. Um dos principais pontos a serem discutidos repousa na necessidade de preenchimento dos resultados dos alunos diariamente, do desempenho e participação que antes eram, em sua maioria, escritos à mão por meio de caderneta individual para professores.

O produto da atualização deste instrumento, realizada um pouco antes da pandemia, mas intensificada e implementada obrigatoriamente durante o ensino remoto, se chama caderneta digital ou diário digital. Tais cadernetas foram desenvolvidas em parceria com empresas de programação e sistemas.

A exemplo dessa tecnologia de inovação para acompanhamento e avaliação da aprendizagem do aluno, bem como, da atuação do professor; foi utilizado o Sistema saber do Estado da Paraíba, a razão da escolha está no fato de que a Paraíba obteve a melhor nota do ensino remoto no país segundo a Rede de Pesquisa Solidária (RPS), para além disso, há relação entre município e Estado que já foram utilizados como repertório no corpo da análise.

O uso do sistema saber estava relacionado à necessidade de monitorar a frequência dos alunos, as atividades que eram desenvolvidas pelos professores, os códigos e habilidades da BNCC que estavam relacionados com as propostas de ensino e sobretudo o desempenho do aluno que pode ser calculado por meio do próprio sistema.

Com a facilidade das secretarias em ter acesso à essas informações tornou-se mais fácil colocar em prática a busca ativa pelos alunos que não correspondiam às atividades e não participavam das aulas de nenhuma forma. Além de facilitar a análise da qualidade do ensino por meio dos dados recebidos.

De acordo com essas informações, o Ministério da Educação MEC- a níveis, municipal, estadual e federal- pôde dimensionar em que passo estava o desenvolvimento dos alunos em meio a pandemia, bem como as conseqüências dela comparando antes, durante e após. Diante disso, nas próximas páginas serão expostos estes dados, trazendo reflexões acerca de como eles impactaram o sistema educacional.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como já dito anteriormente, as avaliações em larga escala são um importante instrumento para a educação neoliberal, por meio delas o país consegue coletar e produzir, regularmente, informações sobre o sistema educacional brasileiro em todos os âmbitos. A partir disso, é possível averiguar como esses dados podem ser determinantes para criação de novas políticas públicas educacionais e medidas que potencializam a performance do sistema de educação brasileiro.

A primeira experiência de avaliação educacional ocorreu na educação Básica, a partir de 1988, com o Sistema de Avaliação da Educação Básica que objetivava monitorar a qualidade da educação (MINHOTO, 2011). O SAEB sofreu alterações em 21 de março de 2005, sendo dividido na forma de Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e Prova Brasil.

ANEB permaneceu com a sigla SAEB como já era conhecido e representava os resultados de maneira amostral por regiões, entidades da Federação e redes de ensino público e privado. Enquanto a Prova Brasil coleta dados e informações sobre a educação no país, disponibiliza informações por regiões e redes de ensino com testes e questionários para alunos e professores, trazendo informações sobre a qualidade, equidade e eficiência da educação nacional. Permitindo dessa maneira o monitoramento das políticas educacionais brasileiras (MEC/INEP, 1995).

Por meio de outras avaliações criadas depois para cada nível de ensino como ENEM(1998), ENCCEJA (2002) e a PROVINHA BRASIL (2008) o sistema de educação brasileiro sofreu inúmeras mudanças, a cada vez que novos resultados saíam, medidas de fortalecimento e de investimentos em políticas educacionais inéditas entravam em pauta.

Dessa maneira, foi criado em 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que hoje é o principal dispositivo para monitorar a qualidade da educação brasileira.

Para MINHOTO (2010) esses processos podem enveredar dois caminhos, são eles:

- 1) Levantar informações tendo como propósito ampliar e aprofundar o conhecimento sobre os sistemas de ensino para que as diferentes esferas de governos possam definir prioridade de intervenção;
- 2) Induzir mudanças ou consolidar reformas educacionais previamente estruturadas para os sistemas de ensino. (MINHOTO, 2010, p. 166).

Pela lógica de FRANCO (2001), esses dados podem 1) Munir a sociedade de informações valiosas sobre o estado da educação do país, identificar os principais problemas que impedem o sucesso da educação brasileira e subsidiar políticas públicas remanejando recursos para os setores do ensino público que mais precisam.

Em contrapartida, CASTRO (2009, p. 4) acredita que embora os objetivos dessas avaliações sejam próximos, suas intenções podem não ser 2) As “[...] possibilidades do uso de seus resultados para que as informações avaliativas sirvam também para o próprio processo de formulação, implementação e ajuste de políticas educacionais [...]” tal afirmação estimula uma reflexão acerca do uso e direcionamento para o qual esses resultados obtidos são utilizados.

Uma das maiores críticas que essas avaliações recebem são as classificações e desclassificações de *rankings* que mencionam níveis de *performance*. Tais colocações geram competitividade e concorrência entre as instituições de ensino e os alunos. Evidenciando ainda, os problemas consequentes à premiações ou punições por não conseguirem atingir determinadas metas.

Diante dessa pertinente discussão, como forma de ilustrar o presente estudo, serão analisados os resultados do SAEB e IDEB da Paraíba e Barra de Santana, antes e após a pandemia pela COVID-19.

Foram selecionados dois quadros de dados com índices de aprovação e reprovação a nível Estadual da Paraíba:

TABELA 3 : TAXA DE APROVAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA ENTRE 2018 E 2021, REFERENTE AOS ANOS INICIAS E FINAIS

	Taxa de Aprovação (%)					
	2018		2019		2021	
	RE	RME	RE	RME	RE	RME
1º ano	94,4	96,4	96,1	97,3	99,3	98,5
2º ano	95,9	94,4	97,1	95,3	98,2	98,3
3º ano	83,7	85,1	83,8	87,3	98,6	96,7
4º ano	95,2	84,9	95,2	87,7	98,1	96,2
5º ano	86,7	87,4	87,6	90,2	97,9	95,5

Fonte: Inep, 2023

Observa-se que a taxa de aprovação no ano de 2021 foi superior ao ano de 2019 em todas

as turmas de 1º a 5º . Todavia, é necessário recordar que o ano de 2019 foi um ano considerado “ normal “ até que a pandemia pela Covid-19 explodisse. Dessa maneira, como se explica o bom desempenho das turmas, mediante as dificuldades encontradas no ensino remoto?

Abaixo, há outra tabela que consta os seguintes dados:

TABELA 4 : TAXA DE REPROVAÇÃO POR ESTADO -PB

	Taxa de Reprovação (%)					
	2018		2019		2021	
	RE	RME	RE	RME	RE	RME
1º ano	2,5	1,9	1,2	1,5	0,2	0,5
2º ano	2,1	4,2	1,3	3,7	1,1	0,9
3º ano	14,3	13,2	14,2	11,4	0,9	1,9
4º ano	2,8	13,0	3,0	10,7	0,8	2,3
5º ano	10,8	10,1	10,1	8,1	0,9	2,8

Fonte: Inep, 2023

A taxa de reprovação em 2019 foi substancialmente maior do que em 2021, principalmente em turmas de 5º ano, caindo de 10,1 para 0,9. Isso se deve à políticas de contenção de danos da pandemia à educação, com a quase impossibilidade de reprovação.

Adiante é apresentado uma nova tabela com dados sobre o ABANDONO escolar:

TABELA 5: TAXA DE ABANDONO ESCOLAR ENTRE 2018 E 2021 NA PB

	Taxa de Abandono (%)					
	2018		2019		2021	
	RE	RME	RE	RME	RE	RME
1º ano	3,1	1,7	2,7	1,2	0,5	1,0
2º ano	2,0	1,4	1,6	1,0	0,7	0,8
3º ano	2,0	1,7	2,0	1,3	0,5	1,4
4º ano	2,0	2,1	1,8	1,6	1,1	1,5
5º ano	2,5	2,5	2,3	1,7	1,2	1,7

Fonte: Inep, 2023

Diante desses dados é possível concluir que o percentual de abandono escolar em 2019 foi

maior do que em 2021. É possível elucubrar que grande parte da permanência de jovens e adultos na escola durante a pandemia só foi possível graças ao ensino remoto. Muitos estudantes que não estavam mais frequentando a escola pela necessidade de trabalhar, retornaram devido a falta de serviço mediante a crise sanitária enfrentada.

Com relação ao Município de Barra de Santana:

TABELA 6: TAXA DE APROVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTANA-PB ENTRE 2018 E 2021

	Taxa de Aprovação (%)		
	2018	2019	2021
	RM	RM	RM
1º ano	99,2	100,0	100,0
2º ano	100,0	99,1	100,0
3º ano	92,7	88,4	100,0
4º ano	85,4	87,8	100,0
5º ano	93,0	93,3	100,0

Fonte: Inep, 2023

É possível observar que a taxa de aprovação em 2019 foi menor que 2021, este sendo representado pela nota máxima, 100,0. Em virtude das diretrizes de orientação vinda da secretaria, sobre as notas de avaliação diagnóstica e processual que não poderiam ser inferiores a 5 na média. Dessa forma, os estudantes não seriam tão prejudicados como já estavam sendo.

Sobre a taxa de reprovação, do município:

TABELA 7: TAXA DE REPROVAÇÃO POR MUNICÍPIO EM BARRA DE SANTANA-PB

	Taxa de Reprovação (%)		
	2018	2019	2021
	RM	RM	RM
1º ano	0,8	0,0	0,0
2º ano	0,0	0,9	0,0
3º ano	7,3	11,6	0,0
4º ano	13,1	12,2	0,0
5º ano	3,5	5,9	0,0

Fonte: Inep,2023

Comprova-se diante dos dados acima, que não houve reprovação no ano de 2020/2021, enquanto no ano de 2019 entre os 3º e 4º anos os níveis de reprovação foram superiores às outras turmas. Dito isso, é possível ratificar que as diretrizes repassadas aos gestores e professores foram postas em prática. Tal medida implementada, mesmo que provisoriamente, trouxe algum dano para as turmas no pós-pandemia? Esse e outros questionamentos se tornam pertinentes e serão destrinchados.

TABELA 8 : TAXA DE ABANDONO ESCOLAR ENTRE 2018 E 2021 EM BARRA DE SANTANA-PB

	Taxa de Abandono (%)		
	2018	2019	2021
	RM	RM	RM
1º ano	0,0	0,0	0,0
2º ano	0,0	0,0	0,0
3º ano	0,0	0,0	0,0
4º ano	1,5	0,0	0,0
5º ano	3,5	0,8	0,0

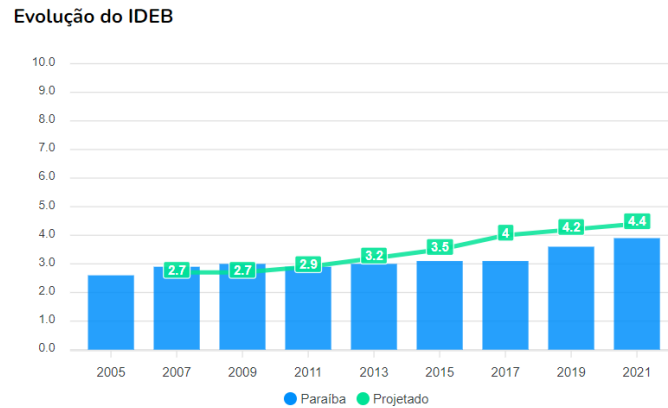
Fonte: Inep, 2023

A taxa de abandono escolar no município durante 2019/2021 segundo os dados foi

mínima, com porcentagem em 0%. Não tendo acréscimo e nem decréscimo.

Quanto aos dados do IDEB/ PARAÍBA:

GRÁFICO 10: PROJEÇÃO DO IDEB NA PARAÍBA DE 2005 A 2021

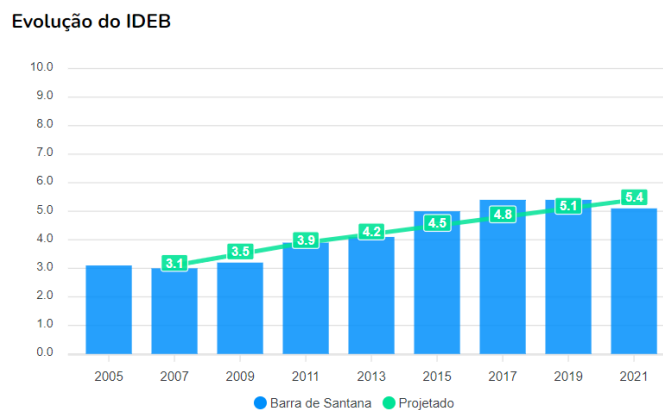


Fonte: IDEB 2021, INEP.

Neste gráfico é possível visualizar que o estado da Paraíba mesmo tendo sido referência durante o ensino remoto obteve média abaixo do que foi projetado. O projetado era 4,2 e foi alcançado 3,6 em 2019. Todavia, a média projetada para 2021 foi de 4,4 e o alcançado foi 3,9.

No que diz respeito ao município de Barra de Santana:

GRÁFICO 11: PROJEÇÃO DO IDEB EM BARRA DE SANTANA 2005 A 2021



Fonte: IDEB 2021, INEP.

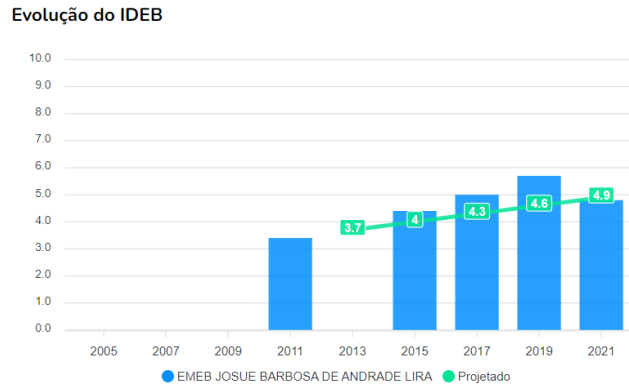
Durante o ano de 2019 a média projetada para Barra de Santana foi de 5,1 e alcançado foi de 5,4, visivelmente superior. No ano de 2021 foi projetado 5,4 e o alcançado foi 5,1; invertendo os valores.

Ainda, no ano de 2021 a média de proficiência em português foi de 183,65 e matemática

196,46 substancialmente menor que no ano de 2019 sendo respectivamente em português 205,09 e matemática 214,51.

Quanto aos dados da Escola Josué, segue abaixo:

GRÁFICO 12: IDEB NA EMEB JOSUÉ BARBOSA DE ANDRADE LIRA



Fonte: IDEB 2021, INEP.

Observa-se que no ano de 2019 a média atingida foi superior acentuadamente em relação à média projetada, sendo a média projetada em verde marcando 4,6 e em azul a média atingida que foi de 5,7.

Já no ano de 2021, observou-se que a média projetada se sobrepôs à média atingida pela escola por um ponto. Durante o período de pandemia. Respectivamente, em verde 4,9 como média projetada e azul 4,8 média atingida.

A partir dos dados elencados acima, é verossímil refletir acerca de questionamentos que surgem sempre que observamos esses números. O primeiro deles é como se explica os dados positivos diante da COVID-19 no ensino remoto se as crianças e jovens tiveram rendimento abaixo do esperado durante os últimos três anos de 2020, 2021 e 2022?

“O que professores e professoras vivenciaram e vivenciam diariamente em sala de aula é o déficit de aprendizagem, ansiedade entre os estudantes e sensação de abandono por parte do poder público”. É o que relata Luana Capistrano (2022), jornalista de Sergipe, sobre sua realidade no ensino público.

O Estado de Sergipe assim como o da Paraíba e tantos anos de redação. Já os jovens apresentaram uma defasagem escolar média de 4,5 anos em matemática, 3,3 anos em leitura e 4,2 anos em redação.

É necessário compreender ainda qual a razão pela qual estes dados foram maquiados, uma explicação formidável, para tanto, é salientar que uma educação com viés neoliberal que já

está se instituindo no Brasil não se preocupa em observar de perto a qualidade do nível de ensino-aprendizagem do país, nem tampouco das questões sócio-econômicas dos estudantes e professores, também não se ocupa em melhorar de forma eficiente a infraestrutura dos locais de ensino público.

Todavia muito importa que estes resultados não impliquem num déficit a nível internacional da educação no Brasil. Pois isso, significa que economicamente o país é pouco confiável nos investimentos educacionais, conseqüentemente pouco confiável para receber investimentos externos em outras áreas.

Fica claro então, que isso não tem a ver com uma preocupação legítima de órgãos como BIRD Banco Mundial ou FMI, ou até outras organizações que investem na educação. Mas sim, a preocupação em gerenciar o sistema educacional brasileiro e de tantos outros países em desenvolvimento.

Compreende-se que o super investimento na educação básica e consideravelmente menos investimentos na educação superior, demonstra o interesse na manutenção de mão de obra barata e à disposição das necessidades do mercado. A pouca qualificação e o incentivo ao estudo de matérias como português e matemática em detrimento de tantas outras disciplinas, prejudica de forma contundente a aprendizagem dos alunos que sonham em ir além do que sua realidade social poderia oferecer.

Nesse sentido, percebe-se que o neoliberalismo enraizado nas políticas educacionais do Brasil, cada vez mais instauram um ambiente pouco favorável para a continuidade do ensino público, ao contrário, estimula que a sociedade migre para o ensino particular, fomentando o sucateamento dos sistemas público de ensino, saúde, segurança entre outros.

Ademais, utilizando o conceito de meritocracia, o imaginário neoliberal não respeita e não acolhe as defasagens sociais fruto das crises do sistema capitalista, mas, estimula as desigualdades sociais, a concorrência e sobretudo a performance do trabalhador.

Mediante toda essa discussão, o município de Barra de Santana enfrenta graves problemas de defasagem no ensino, com crianças e alunos que não sabem ler e nem escrever de maneira cursiva. Além de várias problemáticas psicológicas como ansiedade, depressão e uma forte incidência de crianças com crises de pânico, logo após a volta para as salas de aula, que mesmo tendo acontecido de maneira gradual ainda foram muito difíceis.

Semelhantemente a Campina Grande que instituiu o projeto “ Campina educa 365 dias” para recompor as aprendizagens por meio de aulas de reforço no contraturno dos alunos. O município de Barra de Santana também aderiu a este método como forma de auxiliar as crianças e alunos que mais necessitavam de ajuda para realizar as atividades e desenvolver as

habilidades necessárias.

Por fim, entende-se que a pandemia pela covid-19 muito impactou o ensino de crianças e jovens, mas as políticas adotadas para auxiliar as crianças foram de certo modo insuficientes, antes, durante e após a pandemia. É prematuro afirmar que essa geração de crianças pode ter sérios problemas de aprendizagem durante os próximos anos, todavia, espera-se que a escola continue exercendo o seu papel e que independente do que o sistema neoliberal propõe, ela possa resistir e promover equidade, liberdade e melhoria de vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da pesquisa foi desafiadora. Discorrer sobre a temática de políticas educacionais, destrinchar leis e dados tão importantes para a educação do país foi um exercício complexo, mas necessário.

É importante frisar que diante de questionamentos pertinentes levantados por professores, discentes e demais pensadores da educação não é possível ter uma explicação definitiva sobre o processo de reforma educacional que o neoliberalismo está realizando, não uma explicação que dê conta de algo tão intrínseco a história do país.

Quando se revisita a história, percebe-se que os processos que são vividos hoje na educação, foram iniciados lá atrás e possuíam uma roupagem bonita, deveras interessante que ditava o novo rumo que o país ganharia positivamente diante da abertura econômica.

Todavia, olhando para o presente é perceptível que tais mudanças não beneficiaram o sistema de educação, pelo contrário, tornaram-no robótico, rígido e pouco confiável. Como esperar que a educação para o futuro seja melhor do que a que se tem nos dias de hoje, se não há políticas públicas que trabalhem para isso?

Durante a amostragem dos dados foi possível inferir que eles não condizem com a realidade encontrada em sala de aula por todo o país, dessa forma, não há como saber com clareza os danos causados pela pandemia e políticas públicas pouco eficientes.

Tais questionamentos levam os profissionais da educação e a sociedade a refletir sobre sua formação, sua base acadêmica, sua função na sala de aula. Sobretudo, pensar nas leis, nos direitos que estão sendo violados, na deturpação do patrimônio público que é a educação, saúde e tantos outros direitos e serviços básicos para qualquer sociedade.

Quando a observação da escola Josué Barbosa foi realizada, muitos desses questionamentos permearam em reuniões e conversas informais. Tendo em vista que é uma preocupação recorrente e atual (o futuro da educação), a pesquisa tinha como missão trazer dados e confrontá-los diante dos resultados que se vêem em sala de aula.

Sobretudo no quesito das aprovações em massa, que de maneira geral impactou negativamente todos os níveis de ensino, gerando assim outras problemáticas. Como atraso no alcance dos objetivos educacionais de cada ano, problemas também na relação aluno-aluno com o distanciamento social.

Então, mediante os dados mostrados e as questões levantadas, observa-se que para resolução de tais complexidades será necessário pensar em planos bem organizados que

possam alcançar o máximo de pessoas e dissolver de maneira satisfatória as dificuldades enfrentadas.

Diante disso, salienta-se a importância de que cada vez mais pesquisadores realizem esse tipo de trabalho a fim de contribuir com novos olhares e perspectivas sobre o ensino público no país. A partir disso é que será possível vislumbrar soluções realmente eficazes para os problemas sociais e educacionais que são enfrentados todos os dias.

REFERÊNCIAS

- 4 startups de educação para ficar de olho. Disponível em:
<https://revistapegn.globo.com/startups-to-watch/noticia/2023/07/4-startups-de-educacao-para-ficar-de-olho.ghtml>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- a-pinochet-11374355.html. Acesso em: 27 nov. 2023.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). Pós- neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro : Paz e terra, 1995.p. 9-23.
- ANGÉLICA, M.; FERNANDES DE OLIVEIRA, S.; BOONE, M. B. AVALIAÇÃODA APRENDIZAGEM ESCOLAR: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS. Disponível em:<https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/avaliacao-da-aprendizagem-escolar-concepcoes-e-praticas.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- BBC NEWS BRASIL. O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadoresinternacionais. BBC, 13 May 2016.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no 5, de 28 de abril de 2020a. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14_5011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 de outubro de 2023.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, Senado Federal,1988.Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de out. 2023..
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, Lei de nº 9394,de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: Out, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação, Portaria no 343, de 17 de março de 2020b, Brasília/DF. Disponível em: Portaria no 343-20-mec (planalto.gov.br). Acesso em:Out. de 2023.
- BÚSSOLA. Após pandemia, brasileiros apresentam até 4 anos de defasagemeducacional. Disponível em:
 <<https://exame.com/bussola/apos-pandemia-brasileiros-apresentam-ate-4-anos-de-defasagem-educacional/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CIEB. Planejamento das secretarias de educação do Brasil para ensino remoto. São Paulo, 2020. Disponível em:
<https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2020/04/CIEB-Planejamento-Secretarias-de-Educac%C3%A3o-para-Ensino-Remoto-030420.pdf>. Acesso em : Out. de 2023.

Dados do IDEB. Disponível
 :<<https://sintese.org.br/blog/destaque/dados-do-ideb-maquiam-retrocesso-de-aprendizagem-entre-estudantes-das-escolas-publicas-de-sergipe/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

DATASUS. PAINEL CORONAVÍRUS. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2023.

DE SOUZA PINTO, D. F. OCDE: uma visão brasileira. [s.l: s.n.].

FILGUEIRAS, Luiz A. M. História do Plano Real. 3. ed. São Paulo : Boitempo,2006.

FRANCO, Creso. O SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica: potencialidades, problemas e desafios. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 17, p. 127-133, maio/ago. 2001

GUZZO, Raquel Souza Lobo; EUZEBIOS FILHO, Antonio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. Escritos educ., Ibirité , v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005 . Disponível em
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-9843200500020005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 nov. 2023.

HAYEK, Friedrich A. O caminho da servidão. 6. ed. São Paulo : Instituto Ludwig Von Mises, Brasil, 2010.

HOSTINS, R. C. L.; ROCHADEL, O. Contribuições de Stephen Ball para o campo das políticas educacionais. Revista on-line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 23, n. 1, p. 61–84, 2019. DOI: 10.22633/rpge.v23i1.11947.
 Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11947>. Acesso em: 28 nov. 2023.

JOEDSON BRITO, D. S. AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA DISCUSSÃO SOBRE USO DOS RESULTADOS PARA MELHORIA DA EDUCAÇÃO. Revista Temas em Educação, v. 26, n. 1, p. 25, 2018.

MINHOTO, Angélica. Política de avaliação da educação brasileira: limites e perspectivas. In: SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. (Org.). Políticas educacionais: conceitos e debates. Curitiba: Editora Appris, 2011. p.163-188

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
 CONSELHO PLENO RESOLUÇÃO CNE/CP No 2, DE 10 DE DEZEMBRO

DE 2020. Disponível em:

<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN22020.pdf>. Acesso em: 1 dec. 2023.

MISES, Ludwig Von. Ação Humana. Um tratado de economia. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

NOTÍCIA, A. C. Aprovado o decreto que coloca o País em estado de calamidade pública. Acesso em : outubro de 2023.

PARAÍBA. Conselho Estadual de Educação da Paraíba. Normativa - Altera e Estabelece Normas Complementares ao que dispõe a Resolução No 120/2020 e No140/2020, de 2020a. Disponível em:
<http://www.cee.pb.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Re160-2020-Normativa-Altera-Re120-2020-e-Re140-2020.pdf>. Acesso em : nov. 2023.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba. Regime Especial de Ensino, de 20 de abril de 2020b. Disponível em:
<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/pr-ogramas/regime-especial-de-ensino>. Acesso em: Out. de 2023.

PORTELA, T.; RIBEIRO, R. NEOLIBERALISMO, EDUCAÇÃO E AVALIAÇÃO. Disponível em:
<https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Relato/ThainaPortelaRegoRibeiro_GT1_integral.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

QEDU. Barra de Santana: Ideb. Disponível em:
<<https://qedu.org.br/municipio/2501575-barra-de-santana/ideb>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

QEDU. EMEB JOSUE BARBOSA DE ANDRADE LIRA: Ideb. Disponível em:
<<https://qedu.org.br/escola/25052691-emeb-josue-barbosa-de-andrade-lira/ideb>>. Acesso em: 1 dec. 2023.

QEDU. Paraíba: Ideb. Disponível em: <<https://qedu.org.br/uf/25-paraiba/ideb>>. Acesso em: 30 nov. 2023b.

Quando Thatcher ofereceu um dos melhores “scotch whisky” a Pinochet. Disponível em:
<https://www.dn.pt/mundo/quando-thatcher-ofereceu-um-dos-melhores-scotch-whisky->

Resultados. Disponível em:
<<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>>. Acesso em: 1 dec. 2023.

Rosa SS da. Entrevista com Stephen J. Ball - Privatizações da educação e novassubjetividades : contornos e desdobramentos das políticas (pós) neoliberais. Rev Bras Educ [Internet]. 2013Apr;18(53):457-66. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000200012> Acesso em

:20/10/2023.

SALLUM Jr., Brasília. Governo Collor, crise política e impeachment. São Paulo:CEDEC, 2011. 33 p.

SAMUELS, David. A economia política e a macroeconômica no Brasil, 1995-2002.Dados. Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 805-35, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/gcZ7vCHmmQgjyrHfCZgkHwJ/?lang=pt>. Acesso em : Nov. de 2023.

SOUTO', 'MAYARA. Lula anuncia R\$45 bi de investimento em educação, ciência e tecnologia. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/08/5116476-lula-anuncia-rs-45-bi-de-investimento-em-educacao-ciencia-e-tecnologia.html>. Acesso em: 28 nov. 2023.

Vista do Avaliação da aprendizagem no contexto da pandemia: concepções e práticas docentes. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/8170/4328>. Acesso em: 28 nov. 2023.

Vista do Prescrições para o ensino remoto emergencial: análise de parecer do CNE.Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/68539/61087>. Acesso em: 28 nov. 2023.

YAMAMOTO, O. H. Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In Bock, A. M. B. (org.), Psicologia e compromisso social. p37-54. São Paulo: Cortez, 2003. Acesso em : 25 nov. 2023.